

Sarney acha que caminho para o País superar a crise é o pacto

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney voltou a acenar, ontem, com a necessidade de um acordo econômico e político para baixar a inflação, afirmando que luta por isso desde o início de seu governo. Lembrou que no momento oportuno chamou o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, para coordenar um pacto, mas ele não aceitou.

— Eu quis fazer o pacto político, convidando todos os partidos, todos os segmentos da sociedade, sem exclusão de ninguém. Tive até oportunidade de convidar o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, para que ele fosse o coordenador. Naquele momento, não andamos nesse projeto. Mas não deixamos de batalhar. Nestes dois anos, não tenho feito outra coisa a não ser dizer que estamos avançando mas, se estivessemos unidos em um pacto, estaríamos avançando muito mais — afirmou Sarney ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, procedente do Rio, onde participou da comemoração do Dia da Vitória.

Após admitir que o pacto é difícil, pois lida com muitos interesses diferentes, o Presidente declarou que o País enfrenta problemas econômicos estruturais, "que não nasceram da noite para o dia". Disse em seguida que o Governo não é o autor da inflação mas uma de suas principais vítimas, porque é sobre ele que recaem os ônus e as responsabilidades.



Sarney desembarca na Base Aérea para a cerimônia do Dia da Vitória

Acrescentou que "o caminho é o pacto político, o pacto social e o acordo com todos os segmentos da sociedade brasileira".

— É sentarem todos numa mesa, com espírito de tentar ultrapassar as dificuldades, procurando sempre ceder um pouco, procurando a melhor

forma de encontrar um projeto de natureza política, social e econômica — frisou.

Sobre a onda de boatos que circularam pelo País, o Presidente comentou:

— Acho que estamos atravessando graves problemas, de ordem econô-

mica e política, que ocorrem sempre num período de turbulência. Ninguém pode realmente identificar de onde as coisas saem, de onde vem. O que sabemos é que o Brasil é maior do que todas estas turbulências e vai superar todos os problemas.

Sarney disse que continuará seu trabalho no cargo, enfatizando que "não serão os problemas que irão intimidar o Presidente da República".

No avião que o levou ao Rio, Sarney conversou com Ministros e Parlamentares que o acompanhavam sobre a necessidade do pacto social. Para o Presidente, segundo assessores que presenciaram a conversa, o pacto deve consistir basicamente em um entendimento sobre preços e salários. Ele acha, contaram os informantes, que a falta de um acordo entre trabalhadores e empresários foi uma das causas das dificuldades enfrentadas pelo Plano Cruzado: se houvesse um pacto naquela ocasião os problemas teriam sido menores. Sarney também se queixou dos que agem pensando apenas nos próprios interesses, o que só tem dificultado o entendimento.

Segundo um assessor autorizado do Presidente, o Governo não vai apresentar uma pauta específica de conversas aos trabalhadores e empresários "para não inibir as partes e permitir que elas mesmas apresentem os seus pontos de vista". Mas além de preços e salários, admite levar para a mesa de negociações a redução do déficit público.

Presidente fala de Parlamento forte, mas não defende parlamentarismo

Com a nova Constituição, o Parlamento ficará mais forte, dividindo as responsabilidades com o Executivo. Isso, porém, não significa que o Presidente José Sarney seja um defensor do regime parlamentarista. Esta e outras afirmações foram feitas ontem, no Rio, durante as comemorações do Dia da Vitória, a qual ele esteve presente e que foram realizadas no monumento aos mortos da 2ª Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. Lá, ouvido pelos repórteres, o Presidente desmentiu os boatos que circularam na quinta-feira e que diziam que ele condicionara sua permanência na Presidência da República ao apoio irrestrito da Aliança Democrática.

— Não pedi para ser Presidente. Por isso, não pedirei para deixar de ser Presidente. Continuarei, serenamente, cumprindo meu dever.

Sarney também fez alguns comentários sobre a reforma ministerial e, mesmo dizendo que não pretende, no momento, efetuar novas alterações, reserva-se o direito de fazê-las quando julgar necessárias. Sobre o gatilho salarial, disse acreditar que é a forma mais justa da classe assalariada recompor seus vencimentos e o defenderá sempre. Sobre greves, o Presidente afirmou que as considera justas e próprias dos regimes democráticos. Porém, lembrou que algu-

mas reivindicações, por serem exacerbadas, dificilmente poderão ser atendidas.

O Secretário de Imprensa do Presidente, Frota Neto, repudiou qualquer teoria que indicasse a renúncia de Sarney e recordou que sua maior preocupação refere-se à definição da duração do mandato. Nesse ponto, ponderou, o Presidente deu um prazo aos líderes da Aliança Democrática para uma decisão. Segundo o Porta-Voz, essa definição é fundamental para que o Governo possa conduzir, com tranquilidade, a negociação da dívida externa e adotar uma política econômica interna.

O assessor presidencial, depois de dizer que não sabe quando esse prazo termina, lembrou que ele, politicamente, deve estar no fim. "O prazo não é físico, é político", disse. Para Frota, ao fim do prazo e caso nada tenha sido decidido, o Presidente conduzirá sozinho o processo sucessório. Se isso acontecer, a estratégia já está definida.

Em primeiro lugar, Sarney tratará de fortalecer a Aliança Democrática, que passaria a contar também com o apoio do Partido Liberal (PL) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conferindo a lista de passageiros que voaram de Brasília ao Rio com o Presidente, verifica-se que essa hipótese é viável. Afinal, estavam no

Boeing presidencial os Deputados Alvaro Valle, Presidente do PL, Adolpho de Oliveira, importante figura do partido, e Roberto Jefferson, do PTB.

A estratégia também sugere que Sarney amplie o grupo de interlocutores dos partidos que apoiam o Governo, limitando as chamadas lideranças formais do PMDB e do PFL e ouvindo lideranças naturais, como os Senadores José Richa, Mário Covas, Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, e o Deputado Francisco Dornelles. Além deles, seria tentada uma aproximação maior com os Governadores, hoje em dia liderados por Orestes Quércia, de São Paulo, e Moreira Franco, do Rio.

Sarney também não esqueceu os desafetos e uma reaproximação com Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, já estaria sendo encaminhado, atesta Frota Neto. De acordo com ele, o Presidente acertou com Joaquim Francisco Cavalcanti, Ministro do Interior, a permanência de Dorany Sampaio na Sudene. Além disso, durante o encontro com alguns Governadores do Nordeste no início da semana - como Tasso Jereissati, do Ceará, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Alberto Silva, do Piauí, o tema Arraes dominou grande parte das conversas.

Militares pedem união nacional e patriotismo

Na Ordem-do-Dia lida ontem durante a cerimônia do Dia da Vitória, os Ministros militares fizeram um apelo à união nacional e ao patriotismo. O texto pede que todos renunciem a seus interesses pessoais, de forma que a população se dedique, "com plenitude da alma, numa poderosa e irresistível união para edificar a Nação que todos tanto almejam".

A cerimônia começou às 10h, com a chegada do Presidente Sarney, acompanhado do Governador Moreira Franco, do Cardeal Dom Eugênio Salles, alguns Ministros e vários Deputados. Após o Presidente passar em revista a Guarda, foi executado o Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais, acompanhado de uma salva de 21 tiros. Em seguida, Sarney dirigiu-se ao túmulo do Soldado Desconhecido, onde, ajudado por três soldados, depositou uma coroa de flores.

Depois da leitura da Ordem-do-Dia, Sarney e as autoridades assistiram a um desfile militar de 11 corporações, iniciado pela Associação dos ex-Combatentes e encerrado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio e estudantes, representando alunos do Instituto de Educação, Colégio Pedro II, Instituto Júlia Kubistchek e Escola Municipal Mascarenhas de Moraes.

Na Base Aérea, conversa a sós com Moreira

O Presidente Sarney permaneceu no Rio 2h20m: desceu do Boeing VC-96, da FAB, às 9h10m, e subiu as escadas do aparelho, acenando, às 11h30m. Percorreu de helicóptero o trecho entre a Base Aérea do Galeão e o III Comando Aéreo (Comar), junto ao Aeroporto Santos Dumont, e completou de ônibus o percurso até o monumento aos mortos.

Na Base Aérea foi recebido pelo Comandante da unidade, Coronel-Aviador Luiz Carlos da Silva Bueno, e pelo Governador Moreira Franco. Os vinte minutos que permaneceu na pérgula da Base foram usados para uma conversa reservada com Moreira Franco. Os dois, em pé, gesticularam muito e, por vezes, o Presidente diminuiu o tom de voz.

A comitiva voou em dois helicópteros, tipo Puma CH-33, enquanto os dois ônibus especiais reservados pelo cerimonial seguiram vazios para o monumento. Ao retornar, o Presidente permaneceu ainda cinco minutos na pérgula. Na passagem, dirigindo-se ao Secretário de Imprensa Frota Neto, comentou:

— Está demais, Frota.
— E, Presidente. Mas agora acabou — respondeu um pouco sem jeito o Secretário, explicando aos jornalistas que o Presidente estava comentando o assédio da Imprensa. Mas Sarney ainda respondeu uma pergunta sobre as sucessivas greves, registradas em todo o País:

— A greve é uma forma de reivindicação que também se transformou num instrumento de defesa. Mas alguns movimentos de cobrança, impostos artificialmente, estão fora da realidade e, portanto, difíceis de serem atendidos.



De lenços pretos, as mulheres foram ao Aterro pedir anistia aos maridos

Marinheiros não anistiados levam faixas para protestar

A única manifestação popular registrada ontem durante a permanência do Presidente Sarney no Rio, foi organizada pela União dos Militares Não-Anistiados, que reuniu cerca de 100 pessoas no canteiro de separação das pistas do Aterro do Flamengo, em frente ao Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. A comitiva não chegou a ouvir os gritos de "Anistia já", mas certamente conseguiu ler a enorme faixa aberta com a frase "Injustiça nunca mais. Anistia aos marinheiros de 64, condenados a 13 séculos de prisão".

Essa manifestação foi feita pelo terceiro ano seguido e, segundo o Presidente da União, Lourenço Se-

na, cassado em 1964, "é a única forma de protestar contra a discriminação que nos atingiu. Somos 1.509 pessoas, as únicas punidas pelo golpe militar sem receber qualquer benefício até agora".

Outra faixa menor dizia: "Marinheiros, Fuzileiros e Cabos punidos politicamente em 1964 exigem o cumprimento da Lei da Anistia". Um dos manifestantes, com uma tarja preta no braço, explicava desolado que, apesar da convocação de todos os punidos e não anistiados, poucos compareceram, já que a maioria é composta por pessoas de baixa renda que não podem perder um dia de trabalho.

Na 'Conversa ao Pé do Rádio', um desabafo

BRASÍLIA — No programa "Conversa ao Pé do Rádio" de ontem, o Presidente José Sarney garantiu que "continua a caminhada", mesmo enfrentando grandes dificuldades de natureza econômica e política. Ele afirmou que não pediu para ser Presidente, mas as dificuldades não o farão pedir para não ser.

— Se coube a mim governar o Brasil num momento de tempestade, tendo de enfrentá-la serenamente, sem recriminações, sem queixas, sem desânimos e sem abatimentos. Eu não tenho ambições de poder nem de mando, mas, serenamente, tenho o senso grave do cumprimento do dever — disse Sarney.

Sobre a construção da ferrovia Norte-Sul, o Presidente destacou que, apesar da batalha que está enfrentando para iniciar a obra, que vai integrar uma área de 595 mil quilômetros quadrados, será um empreendimento que significará uma etapa histórica do Brasil.

— O Presidente Juscelino, quando foi fazer a Belém-Brasília também foi muito censurado — lembrou Sarney. — Diziam que era uma estrada que ligava nada a nada. Hoje a rodovia tem cidades à sua margem, como Imperatriz, com mais de 300 mil habitantes e um dos mais dinâmicos centros econômicos de toda essa região. A ferrovia Norte-Sul, de 1.570 km, tem o mesmo sentido e vai integrar uma vasta região econômica e, ao mesmo tempo, preencher um grande vazio que existe hoje nesta área do Brasil. São 35 milhões de hectares de terras aptos para o cultivo do milho, arroz, soja, feijão, dos quais menos de um quarto está sendo explorado.